



## “NOVO ENSINO MÉDIO DE 2017” NO CONTEXTO DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL: a mercadorização da educação

**Autor1 – Geisa Ferreira dos Santos**  
(UFAL)

(geisamarx@gmail.com)

**Co-Autor2 - Sandra Regina Paz**  
(UFAL)

(sandra.paz@cedu.ufal.br)

### 1 INTRODUÇÃO

Este resumo é resultado de pesquisa de doutorado realizada entre o período de 2021 e 2023 pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e tem como objetivo analisar a mercadorização da educação no contexto da reforma do ensino médio de 2017. A pesquisa foi do tipo bibliográfica e documental norteadas pelo materialismo histórico dialético.

A análise que segue parte da categoria trabalho em Marx (2013) como fundamento teórico e metodológico. Compreender as relações sociais fundadas no interior da relação metabólica homem e natureza, nos permitirá avançar na análise de como a força de trabalho se torna mercadoria no contexto da sociedade capitalista, bem como esse modelo de sociedade socialmente dividida organiza os complexos sociais do Estado e da educação, por exemplo.

Desse modo, as transformações no cenário produtivo são elementos fundamentais para compreender o pacote de reformas implementado no mundo inteiro, e, no Brasil, principalmente, a partir dos anos de 1990. Com as mudanças vivenciadas pelo capitalismo com a chamada reestruturação produtiva, é demandado um novo modelo de gestão, de controle do trabalho e dos homens, determinando inclusive mudanças no modo de vida, como bem pontou Gramsci (2011) ao categorizar a adaptação psicofísica do trabalhador em sua análise acerca do fordismo.

É neste contexto de reestruturação produtiva do sistema capitalista que a reforma do ensino médio do ano de 2017 foi aprovada no Brasil via Medida Provisória, após um golpe parlamentar. Uma reforma fortemente combatida pelos estudantes, professores e movimentos sociais de defesa da educação pública, e que se caracteriza por impor um currículo fragmentado, reducionista, alinhado à formação da



classe trabalhadora voltada para reprodução do trabalho abstrato que aliena e estranha o trabalhador e a trabalhadora.

Outro aspecto da reforma é o caráter de privatização da educação pública, principalmente via Parcerias Público Privadas-PPP, transferindo para o setor empresarial a função de pensar, gerir e implementar a reforma nos sistemas de ensino via essas parcerias.

## **2 OBJETIVOS**

O objetivo geral do estudo consistiu em analisar a mercadorização da educação no contexto da lei 13.415 de 2017. Teve como objetivos específicos: compreender a reestruturação produtiva do sistema capitalista; analisar o papel das Parcerias Público Privadas, bem como problematizar como a reforma do ensino médio de 2017 atua no sentido de mercadorização da educação no contexto neoliberal pós reestruturação produtiva.

## **3 METODOLOGIA**

Partimos criticamente do Materialismo Histórico-Dialético, elaborado por Marx e Engels, que nos forneceu as bases teóricas e metodológicas durante o percurso da pesquisa. Foi utilizado como método a pesquisa bibliográfica e documental, a fim de identificar as principais categorias de análise do objeto e seu movimento e dinâmica na sociedade capitalista.

Para isso, na pesquisa documental, partiu-se do marco legal posto pelo Estado brasileiro pós golpe parlamentar de 2016. Foi utilizada a lei nº 13. 415 de 2017 que reformou o ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC de 2019 como principais fontes primárias da pesquisa.

O marco temporal no qual a pesquisa está amparada parte do contexto de crise estrutural do modo de produção capitalista que se inicia no final dos anos de 1960 e que determinou a reestruturação do setor produtivo, influenciando diretamente a reforma de diversos setores sociais, em especial no Brasil a partir dos anos de 1990, tendo como um dos principais movimentos a privatização dos serviços públicos. Para análise da reforma da educação de 2017, aprofundou-se os estudos no período que se inicia em 2016 com o golpe parlamentar vivenciado pela Presidenta Dilma Rousseff e a publicação da Medida Provisória 746 de 2016 que reformou o ensino médio e se



transformou na lei 13.415 de 2017 e vai até o ano de 2022 fim do governo Bolsonaro (2018-2022).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As transformações no cenário produtivo são elementos fundamentais para compreender o pacote de reformas implementado no mundo inteiro, e no Brasil, principalmente, a partir dos anos de 1990. Com a reestruturação produtiva iniciada nos anos de 1960, todos os setores sociais são sujeitos a passar por reformas estruturais voltadas, principalmente, para a privatização e para reprodução da lógica da gestão privada, como foi e é o caso da educação brasileira. O mesmo princípio de análise gramsciano referente ao que o autor chama de adaptação psicofísica é possível observar no Toyotismo, no sentido de que toda a estrutura social ancorada no modo de produção capitalista é reestruturada/adaptada ao novo modelo de organização desse sistema, inclusive o modo de ser e existir dos seres sociais.

Nesse sentido, há um movimento de articulação pelos capitalistas que controlam o aparelho do Estado, as mídias sociais e tradicionais e diversos outros setores da sociedade em transformar a ideologia neoliberal em um consenso social, em uma “vontade coletiva”, de modo a “invisibilizar” os sujeitos representes do capital que estão por trás das formulações das políticas educacionais, por exemplo.

A atuação de agentes privados, oriundos da sociedade civil organizada, tem sido o carro chefe da política de reforma do Estado brasileiro desde a década de 1990, principalmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A perspectiva neoliberal guiou a proposta de reforma gerencial do aparelho do Estado. Para o ministro do então Ministério Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), que coordenou a elaboração do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, a crise na qual o país se encontrava era uma crise do Estado. De acordo com os reformadores da época, o Estado era burocrático, inchado e com sérios problemas gerenciais que iam de encontro ao mundo moderno pós reestruturação produtiva.

E desde então esse tem sido o movimento das reformas políticas brasileiras. Reformas que seguem uma agenda global neoliberal e que a cada governo vem ganhando materialidade, e em 2016 ganhou um novo capítulo com a instituição de um



governo pós golpe parlamentar contra a presidente democraticamente eleita Dilma Rousseff.

A lei 13.415 de 2017, fruto de uma medida provisória nº 746 de 2016 imposta vinte e três dias após o início do governo Temer (2016-2018), reformou o ensino médio de forma antidemocrática e instituiu um novo currículo fragmentado, alinhado aos interesses do capital de privatização e maior abertura dos espaços públicos para a atuação de agentes privados.

Com isso a educação pública tem sido progressivamente submetida à lógica do privado. Na sociedade neoliberal, o dinheiro é público, mas a gestão é privada e os interesses por trás também os são. Todo ordenamento social no neoliberalismo passa a reproduzir a ideologia de que é o privado que dá resultados, e a escola como parte desse ordenamento também sofre com essa perspectiva e começa a ter seu movimento formativo voltado para a lógica da produtividade, da eficiência, da flexibilidade, da adaptabilidade, ideais fundados na lógica do Toyotismo.

Ao adentrar no sistema educacional essas empresas não se beneficiam apenas financeiramente, sendo este é claro um mercado bastante lucrativo. Para além da disputa pelos recursos públicos destinados constitucionalmente para educação, o que está em disputa também são as mentalidades dos sujeitos que irão reproduzir o ideário neoliberal acriticamente.

Essas parcerias público-privadas, como afirma Cêa (2021, p. 31), são “constituintes de uma ‘nova’ economia política da educação, visto que as mesmas concorrem para a hipertrofia do mercado como princípio, meio e fim das relações sociais envolvidas no fenômeno educativo”. As demandas por reformas, principalmente na educação, são ancoradas na falsa ideia de que o público não funciona, e essas parcerias público-privadas se tornam a principal promotora para a resolução dessa suposta ineficiência da gestão estatal.

O desmonte da educação permeado por cortes de gastos, precarização da carreira docente, redução dos currículos e subordinação da escola às avaliações de larga escala com parâmetros impostos por organismos internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, criam o argumento perfeito para a introdução dessas parcerias. Em outras palavras, alinhadas com as tendências mundiais, essas parcerias são a porta de



entrada defendida pelos organismos internacionais do setor privado na educação e demais direitos sociais.

A “empresa moderna” demanda uma “escola moderna”, e é exatamente esse o argumento do Banco Mundial ao recomendar a contrarreforma do ensino médio de 2017, quando o mesmo afirma que “[...] os níveis implacavelmente elevados de desemprego, especialmente entre os jovens, ressaltaram a **incapacidade dos sistemas de educação para formar jovens com as competências correctas (sic) para o mercado de trabalho** (BANCO MUNDIAL, s/p, 2011, grifos nosso).

E para a construção dessa “escola moderna” que irá formar a mercadoria força de trabalho com as competências corretas para o mercado de trabalho o Estado recorre às parcerias público privadas que da década de 1990 até o atual momento se proliferam de maneira ainda mais intensa em todos os setores públicos em especial na educação.

Aparentemente o que se vende, ideologicamente nos veículos de comunicação controlados pela mídia e por esses grupos empresariais, para a população são os resultados “incríveis” dessas parcerias. Mas ao nos aproximarmos dialeticamente na busca pelas contradições e manifestações do movimento real dessas parcerias, o que se percebe é uma manobra política por meios de acordos e cooperações entre os órgãos públicos e privados para a transferência dos recursos públicos destinados à educação para o setor empresarial, que como é propagado pelos veículos de comunicação hegemônicos, é quem de fato sabe fazer uma gestão eficiente e obter resultados satisfatórios segundo a ideologia do neoliberalismo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a reforma gerencial do aparelho do Estado é empreendida de forma sistematizada a partir dos anos de 1990 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Guiada pela ideologia neoliberal e orientações dos organismos internacionais, representantes dos interesses do capital, começa a ser implementada no país uma agenda de privatização dos setores públicos, dentre eles a educação, que de direito social, começa a ser vista como um serviço passivo de ser privatizado e mercadorizado, mesmo que de forma indireta por meio das Parcerias Público Privadas. Vários mecanismos normativos são aprovados, facilitando essa agenda de



privatização, e as parceiras público-privadas se tornam o carro chefe desse movimento. São inúmeras as instituições que se denominam sem fins lucrativos atuando por meio dessas parcerias na formulação de políticas públicas de educação, como foi o caso da BNCC, que teve um protagonismo significativo do setor privado em sua elaboração, e da contrarreforma do ensino médio, demanda vinda do setor empresarial para formar a mercadoria força de trabalho adaptada ao modelo produtivo do capital pós reestruturação produtiva.

A mercadorização da educação se torna um fato e se dá das mais diversas formas, seja por meio de venda de livros didáticos, de apostilas, de consultorias de formação do professor, de parceria na elaboração dos currículos da escola, enfim, a educação vira um mercado lucrativo e disputado pelos grandes conglomerados empresariais. É neste contexto de crise estrutural do capital, de reestruturação produtiva e de mercadorização da educação que a contrarreforma educacional de 2017 é aprovada via Medida Provisória no governo de Michel Temer após o golpe parlamentar da presidenta Dilma Rousseff.

A reforma educacional de 2017 reflete um movimento internacional do capital de universalização de seu novo modelo produtivo pautado na privatização. Vários são os efeitos negativos para a formação da classe trabalhadora diante desse cenário, o que justifica a necessidade de mais pesquisas que apontam os limites do capital para a emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Portal da Legislação, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 08 jan. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- CÊA, G. **Parcerias Público-privadas e Hipertrofia do Mercado na Educação**. In *Geminal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.13, n.1, p.30-47, abr. 2021.
- GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo**. *Cadernos do Cárcere*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 241-282, 2011.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Compromisso Todos Pela Educação**. São Paulo: Todos pela Educação. 2006.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília. 1997.